

CASA-GRANDE & SENZALA e GONE WITH THE WIND: DUAS MISTIFICAÇÕES

Alaor Chaves

O título deste artigo irá gerar no leitor uma ideia errada do seu foco principal. Nossa pretensão, adianto, é resumir a história da escravidão no Brasil e nos EUA, e tecer considerações sobre os tipos de sociedade que ela ajudou a criar. Há claras semelhanças e também importantes diferenças nessas duas histórias. As semelhanças decorrem do fato de que o longo programa de migração forçada de africanos para realizar trabalho escravo no Novo Mundo, adotado por portugueses, espanhóis, britânicos, franceses, holandeses e outros europeus, apoia-se na mesma justificativa e visa ao mesmo objetivo.

A justificativa é a pseudociência de que as várias etnias facilmente discerníveis – na época denominadas raças – do mundo estavam em estágios diferentes de evolução. No topo da evolução estavam os europeus caucasianos. Daí para baixo, mencionando apenas grandes grupos, vinham árabes, amarelos, nativos do Novo Mundo e os africanos, nessa ordem. Ameríndios e Africanos não eram inteiramente humanos, esse era o pensamento dos iluministas. Ele criava certo embaraço para os praticantes das religiões abraâmicas, pois segundo o livro da Gênese todos nós descendemos de Adão. Allan Kardec, tardiamente, resolveu a questão com sua doutrina espírita: Adão e Eva tiveram vidas anteriores, e foram exilados por Deus de outra esfera para a terra, que por milênios vinha sendo habitada por raças inferiores. Haveria, assim, uma raça adâmica, com grau de evolução espiritual mais elevado. Os caucasianos eram os únicos adâmicos.

O objetivo do trabalho escravo era garantir mão de obra para a exploração das vastíssimas terras do Novo Mundo.

A narrativa do escravismo brando

A escravidão de africanos no continente americano foi um episódio absurdamente brutal. Sua história foi diferente nas várias regiões em que foi praticada. Mas há coisas em comum nessa diversidade. Em todas as Américas, os escravos – e seus filhos, que já nasciam escravos e eram postos a trabalhar por volta dos oito anos – eram uma coisa, um bem móvel. Trabalhavam, de sol a sol, quase sempre sob vigilância e ameaças. A indolência era controlada com o emprego do chicote. Falhas de conduta eram punidas com açoites ou outras torturas, que não raro geravam mutilações, deformações ou até a morte. O corpo das escravas era violado pelos seus senhores ou seus filhos; estes costumavam iniciar sua vida sexual com escravas adolescentes. Eventuais filhos nascidos

desses estupros tornavam-se escravos, caso não fossem libertados pelo senhor. As escravas eram obrigadas a se relacionar com escravos 'racialmente' escolhidos pelo senhor escravista, para aumentar o número de escravos do seu plantel.

Não obstante tudo isso, no século 19, quando o 'racismo científico' desmoralizou-se, e a consideração do africano como um ser sub-humano tornou-se insustentável, iniciou-se um esforço de negação da violência no tratamento aos negros. O escravismo passou a ser descrito por muitos como uma relação branda, embora reconhecidamente injusta. Os escravos seriam membros inferiores da grande família do senhor escravista. Filósofos, jornalistas, escritores e outros formadores de opinião participaram, como cúmplices, dessa narrativa. Isso perdurou até quase metade do século 20, na fase posterior já com a participação de historiadores profissionais.

Trataremos, em sessões separadas, o escravismo no Brasil e nos EUA. Nos dois locais, a primeira solução experimentada no provimento de mão de obra para os colonizadores foi a escravidão de nativos locais. A solução fracassou, por várias razões, e apelou-se para a escravidão de africanos. O tráfico de africanos, por si mesmo, foi um grande negócio que enriqueceu muita gente. Reis e grandes caciques africanos possuíam milícias, munidas de armas de fogo fornecidas pelos europeus, especializadas na captura de africanos de outras etnias – para cada africano capturado, outro morria a tiros. Em troca de bens, os entregavam, junto com criminosos do próprio reino ou tribo, a traficantes europeus, que os embarcavam em navios, cruzavam o Atlântico e os vendiam no Novo Mundo. Como se tratava de importação de um bem, os países colonizadores cobravam impostos aos compradores, também europeus. Na África, o negócio rendia fortunas, com as quais alguns reis erguiam palácios e os abasteciam de bens europeus requintados.

Há muitas estimativas sobre o número de escravos trazidos da África, que não divergem muito. Com elas, a Emory University compila o The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Também muito citado, The Gilder Lehrman Institute of History, tem um centro dedicado especificamente à história da escravidão africana. De 1526 a 1867, cerca de 12,5 milhões de escravos foram embarcados na costa oeste da África, dos quais 10,7 milhões chegaram vivos nas Américas. Mais de 90% dos escravos vieram para o Caribe e a América do Sul. O Brasil foi de longe o país que mais recebeu escravos africanos: pelo menos 4 milhões deles desembarcaram em nossos portos. Os EUA importaram cerca de 390 mil escravos vindos diretamente da África. Depois da proibição de tráfico transatlântico de escravos para os EUA, em 1807, houve contrabando de escravos negros oriundos do Caribe. É bem mais difícil quantificar esse tráfico, pois ele deixou poucos registros documentais.

Escravidão no Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países das Américas a adotar a escravidão de africanos e o último a aboli-la. Portugueses começaram chegar em número significativo ao nordeste brasileiro por volta de 1530. Os primeiros eram

degradados por crimes menores – os piores criminosos eram executados. Foram seguidos de aventureiros. Não traziam mulheres, pois elas temiam o Brasil como local selvagem que não lhes era adequado. A recepção dos índios aos portugueses foi complexa e diversificada. As guerras entre as diferentes tribos eram constantes, e os portugueses exploraram esse conflitos em seu benefício. Fizeram alianças com os ‘índios mansos’ na luta contra os ‘índios bravos’, hostis aos colonizadores. Tomaram índias mansas como esposas – em 1755, D. José, rei de Portugal, autorizou isso por decreto – e com elas geraram prole abundante de mestiços. Vieram também fazendeiros ricos, ou falidos, com ambição de enriquecimento rápido na exploração do pau-brasil ou produção de açúcar. Usaram índios, capturados nas tribos bravas com ajuda de índios mansos e de mestiços, como mão de obra escrava. Os índios eram indolentes e seminômades. Adaptaram-se à atividade de exploração do pau-brasil, mas não ao cultivo da cana, que era extenuante e exigia vida sedentária. Muitos fugiam e ninguém era capaz de persegui-los em um ambiente que conheciam tão bem. Foram substituídos por escravos africanos. Contribuiu para isso a pressão de traficantes de escravos, que lucravam muito com o novo arranjo, sobre a coroa portuguesa.

Na escravidão dos africanos, os índios mansos atuaram como aliados dos colonos portugueses. Ajudavam a controlar os escravos. Por serem exímios seguidores de pistas, capturavam com facilidade os escravos fugidos. A miscigenação de portugueses com índios era tão intensa que se viam mutuamente como parentes. Na luta contra os invasores franceses e holandeses, a grande maioria dos combatentes era índia ou mestiça. Alguns guerreiros indígenas tornaram-se famosos e altamente reconhecidos. Antônio Felipe Camarão (figura 1), da tribo potiguar, foi distinguido com o título de Capitão-Mor de Todos os Índios do Brasil. A mulher de Felipe, Clara Camarão, também foi uma grande guerreira índia que se tornou heroína brasileira.



Fig. 1 – Retrato de Felipe Camarão. Fonte: Wikipédia

A demanda por mão de obra masculina nas plantações era muito maior do que a feminina. Por isso, para cada mulher negra os escravistas portugueses compravam quatro negros. A taxa de natalidade dos escravos brasileiros era conseqüentemente muito baixa, mas na lógica econômica dos nossos escravistas era menos dispendioso repor escravos mortos por novos escravos importados do que produzir, nas próprias fazendas, futuros escravos. Por ficarem envolvidas principalmente no trabalho doméstico, nossas escravas eram, com frequência incomum, vítimas do abuso sexual dos seus senhores e dos seus filhos. Os filhos das escravas eram principalmente mulatos, filhos ou netos do senhor, mas mesmo assim condenados ao destino de futuros escravos.

Os escravos brasileiros tinham o direito de se casar, o que era incomum. Esse direito foi reconhecido graças à ação dos Jesuítas junto ao Vaticano. As questões matrimoniais no Brasil eram decididas pela Igreja, e a coroa portuguesa simplesmente regulamentava o que ela decidia. Os escravos casados – eram poucos, dada a escassez de escravas – geralmente moravam em habitações fora da senzala. Praticavam culinárias africanas, o que facilitou a preservação dessa componente cultural. O casamento era apoiado pelos senhores escravistas, pois as famílias de escravos eram menos rebeldes do que os moradores da senzala.

Escravismo nos Estados Unidos

A escravidão de africanos nas colônias britânicas que formaram os Estados Unidos foi relativamente tardia. A primeira leva de africanos chegou à colônia da Virgínia, em 1619. Na verdade, foi tardia a própria colonização britânica nos EUA. Os primeiros colonos eram britânicos e pessoas oriundas de outros países protestantes europeus, que cruzaram o Atlântico para fugir da perseguição religiosa, intensa em toda a Europa. Vieram com suas famílias, e buscavam a liberdade. Prosperaram rapidamente, a partir do trabalho nas feitorias em aldeias e pequenas fazendas, da prática de ofícios, do comércio e da pequena indústria.

Houve conflitos com os índios, que bem mais tarde se transformaram em guerras de aniquilação dos nativos do país. As tribos e nações de índios norte-americanos, assim como as brasileiras, viviam em permanentes conflitos entre si. Assim como no Brasil, os colonizadores exploraram essas rivalidades em seu proveito. Fizeram acordos e até mesmo tratados com nações mais receptivas aos novos moradores. Os índios norte-americanos tinham o hábito de escravizar guerreiros vencidos. Os escravos eram uma espécie de troféu, preservados como símbolo de dominação, ao cabo assimilados pela tribo vencedora. Ao perceber que os colonos escravizavam indígenas para trabalho forçado, atinaram que seus próprios escravos tinham valor econômico. Passaram a vendê-los aos colonizadores, em troca de utensílios diversos. Preferiam ferramentas de aço e, acima de tudo, cavalos, armas de fogo e munições. Tornaram-se ótimos cavaleiros. O resultado desse comércio incauto foi retratado, com as fantasias do caso, nos filmes de faroeste.

Quando a escravidão de africanos se intensificou, as treze colônias britânicas já haviam se organizado em uma sociedade capitalista, e cedo conquistaram sua independência. As colônias – mais tarde estados – ao norte de Maryland enfatizaram a indústria, o comércio e a urbanização. Fundaram *colleges*, alguns dos quais se tornaram grandes universidades, como Harvard, Yale, Columbia e Princeton. Preferiam o trabalho assalariado, embora praticassem a escravidão em pequena escala. Tomavam consciência crescente de que a escravidão era incompatível com o republicanismo. Esse era, no abstrato, o conceito político, que coexistia com um racismo insuperável e manifesto em quase toda a vida real. A grande contradição do Norte era pretender um país republicano com supremacia branca. Esse mesmo paradoxo continua a assombrar o mundo.

Nas províncias ao sul, com solo fértil e pouco pedregoso, desenvolveram-se grandes plantações de tabaco e algodão, baseadas em trabalho escravo em larga escala. O algodão transformou-se na grande riqueza do país. As casas da família senhorial das plantações reviveram a arquitetura da Grécia clássica, e expunham com ostentação a riqueza dos donos. Em escala mais modesta, o mesmo foi exibido nas casas grandes dos engenhos de açúcar do Brasil escravista (figura 2).



Fig. 2 – Casa de fazenda escravista no sul dos EUA (esquerda) e casa grande de engenho de açúcar no Brasil. Fonte: Wikipedia

As economias do norte e do sul se complementaram ao explorar o trabalho escravo com o mais alto rigor técnico. Rigor do capitalismo selvagem, cuja lógica é a maximização do lucro. A escravidão abrutalhou o capitalismo. Entre os anos 1801 e 1860, a produtividade do trabalho escravo multiplicou-se por quatro. A produtividade de cada escravo era registrada a cada dia, meticulosamente. Os que não cumpriam as metas previstas eram espancados, o que, todavia, não poupava os mais produtivos do espancamento. Uma boa surra os convenceria de que podiam produzir ainda mais. Treinamentos também ajudavam, faziam parte do que hoje chamamos investimento em recursos humanos.

O algodão respondia por 80% das exportações dos EUA. Os capitalistas do norte cumpriam seu papel. Investiam em infraestrutura de transporte terrestre e em portos, disponibilizavam capital financeiro para os escravistas e para a economia do

algodão. Nova Iorque, desde 1790 a maior cidade dos EUA, tornou-se o coração financeiro do país e, mais tarde, do mundo. Na Nova Inglaterra, prosperou uma indústria de fiação e tecelagem que abastecia os EUA de tecidos de algodão. Ao ser abolida a escravidão, os EUA já eram a segunda potência econômica do mundo.

Norte e Sul eram duas culturas, diferenciadas em vários aspectos. Eram igualmente racistas. O Norte tinha pudores republicanos sobre a escravidão, mas, já que o Sul a praticava, seria burrice permitir que só ele enriquecesse com ela.

Os escravos se valorizavam na medida em que sua produtividade aumentava. Respondiam por mais da metade do valor de uma plantação, incluídas as terras, as benfeitorias, e tudo que nela vivia. Os escravistas sempre buscaram aumentar a taxa de reprodução de seus escravos, como se faz com um rebanho. O casamento entre escravos era proibido por lei, mas seu acasalamento era encorajado. Além de aumentar o rebanho, isso apaziguava casais e suas crianças. No comércio interno de escravos, casais eram às vezes separados um do outro, ou de seus filhos. A expectativa de que isso viesse a ocorrer os angustiava.

Justificativa da perversidade

Já ao iniciar o escravismo, a população das treze colônias, muito majoritariamente, a justificava como um direito dos brancos. O racismo – e o preconceito sobre limitações intelectuais e espirituais dos negros, e nativos americanos – aumentava, em parte como forma de apaziguar a consciência dos supremacistas brancos. Escravizar e promover guerra de extermínio contra raças sub-humanas não era uma perversidade. Essa racionalização foi comum em todo o continente americano, mas ficou muito mais documentada e explícita nos EUA. Nos anos 1730, surgiu a palavra *crow* para designar pejorativamente os negros. Por volta de 1828, o ator Thomas D. Rice começou a ficar famoso e rico ao andar pelo país cantando e dançando, usando máscara negra, *Jump Jim Crow* (https://en.wikipedia.org/wiki/Jump_Jim_Crow). O termo *Jim Crow* foi mais tarde usado para designar todo um conjunto de leis discriminatórias de negros.

Em 1865, a escravidão foi abolida após quatro anos de guerra entre o Norte (a União) e o Sul (os Confederados). A 13ª Emenda à Constituição de 1787 foi taxativa: “Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo qual o réu tenha sido devidamente condenado.”

Começava a Era da Reconstrução (1865-1877). Os estados do Sul, onde os africanos constituíam metade da população, não estavam dispostos a assimilá-los como verdadeiros cidadãos. Proclamaram que só branco podia votar. Essa questão específica foi resolvida com a 15ª Emenda: “O direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não poderá ser negado ou cerceado pelos Estados Unidos, nem por qualquer Estado, por motivo de raça, cor ou de prévio estado de servidão.”

A negação do direito ao voto não era a única discriminação contra afro-americanos. Para resolver o problema, pelo menos no espaço legal, a 15ª Emenda

teria de ser mais abrangente e detalhada. No Sul, no Oeste e também no Norte, estados e até condados começaram a instituir toda uma cartilha de 'Leis Jim Crow', que segregavam e excluíaam os afro-americanos. A segregação fundava-se no princípio 'iguais, mas separados'. Havia escolas separadas para africanos, banheiros e bebedouros para eles; no transporte público, quando admitidos, tinham de ocupar espaços delimitados, de pior qualidade. Isso era 'republicano', e o Norte civilizado adotou a *apartheid* com igual severidade e convicção. Em 1913, a segregação passou a ser praticada também em instituições federais.

A Era Jim Crow durou até os anos 1960, quando a discriminação legal dos afro-americanos e outras pessoas de cor foi, em grande parte, desmantelada.

O racismo e a discriminação são muito resilientes. Para combatê-los, não bastam dispositivos legais. São necessárias profundas transformações culturais, além de programas educacionais que preparem as pessoas de cor para ocupar seu espaço econômico, cultural e político na sociedade. O caso brasileiro é bem ilustrativo da complexidade do problema. Não temos leis discriminatórias, mas nossas práticas são tão discricionárias quanto as dos EUA. Houve muita miscigenação no Brasil e hoje mais da metade da nossa população é preta ou parda. Essa maioria permanece pobre, mal escolarizada e humilhada. Sua autoestima é muito baixa: alguns nem mesmo se veem como tão capazes quanto os poucos caucasianos ou branqueados que dominam o país.

Casa-Grande & senzala

No ano 1900, nasceram Gilberto Freyre, em Recife, e Margaret Mitchell, em Atlanta, Geórgia. Ambos se tornaram famosos e foram muito louvados por obras hoje duramente criticadas.

De família rica, neto de senhor de engenho, Freyre teve um professor particular inglês, que o ensinou a ser inglês. Bem jovem, foi estudar nos EUA. Bacharelou-se em artes liberais pela Universidade Baylor, no Texas, e em 1922 tornou-se mestre pela Universidade Columbia, com uma monografia sobre a sociedade brasileira em meados do século 19. Foi orientado pelo teuto-americano Franz Boas (1858-1942), que o influenciou fortemente. Boas defendeu tese de doutorado em física (1881), ao mesmo tempo em que estudava geografia. Tornou-se especialmente influente em antropologia. Combateu o 'racismo científico' e a teoria do determinismo climático e racial das sociedades e culturas. Foi o maior expoente da antropologia cultural, ou culturalismo, cujo pressuposto é o da tabula rasa: tudo, na mente humana, é impresso pela experiência, e não existe uma natureza humana de origem biológica. Isso é hoje considerado pseudociência. Fez longos estudos etnográficos dos Inuit e nos informou que eles são um povo pacífico. Na verdade, são um povo muito violento. Teve vários alunos famosos, dentre eles Margaret Mead.

Na Wikipedia, lemos que Freyre "é um dos mais importantes sociólogos do século XX" e "foi o intelectual mais premiado da história do país". Escrevia bem, o que lhe rendeu o prêmio Machado de Assis.

Sua obra principal foi *Casa-Grande & Senzala* (1933), o primeiro de uma trilogia de livros que projetou Freyre como historiador-sociólogo-antropólogo. O autor não é um preguiçoso. *Casa grande e senzala* é um livro maçudo, com incontáveis citações e mais de mil referências bibliográficas. Traça um detalhado quadro da miscigenação de etnias no Brasil. Darcy Ribeiro o considera etnograficamente rigoroso. DR admirou e ao mesmo tempo criticou GF com dureza, mas também com afeto. DR escreveu um prefácio de 34 páginas para uma edição em espanhol (*Casa Grande Y Senzala*, 1970) do livro. Aponta, o que todo leitor percebe prontamente, que a linguagem de GF não é a esperada de um escritor científico, como explica – ou justifica – numa sentença final: “E é sempre o escritor, o estilista, que comanda a escrita.” Também Fernando Henrique Cardoso escreve um longo prefácio para a 38ª edição em Português do livro, em 2003. Tanto DR quanto FHC reconhecem que GF é ambíguo, mistificador, paradoxal, e até mesmo saudosista. FHC funde parte disso numa sentença: “[o] encanto do livro de Gilberto Freyre é que ele, ao mesmo tempo em que desvenda, oculta e mistifica.”

Há méritos inegáveis em *Casa grande e senzala*, com raízes fincadas em Franz Boas. O livro rechaça o ‘racismo científico’ segundo o qual a miscigenação degenera os povos. Grandes civilizações resultaram da fusão de etnias, histórias e culturas. Ao colonizador português, aponta GF, pouco interessava o que se fundia no caldeirão que gerou o Brasil, desde que o participante fosse católico ou se convertesse ao catolicismo. Detalhista, GF nos ensina que a família Vanderlei (Wanderlei, Wanderley) foi fundada pelo holandês Gaspar van der Lei, que, para se casar com a filha de um senhor de engenho, virou católico. Como bom inglês, GF era protestante. Assistia os desfiles de carnaval com blazer de tweed inglês.

Freire oculta ou ignora tudo que não interesse às suas teses. Oculta os gemidos oriundos da senzala ou do eito, releva a prepotência com que senhores e ioiôs se apossavam das escravas, fossem negras ou mulatas parentas suas. Qualifica a sociedade brasileira como uma democracia racial. Sendo mistura de tantas etnias, cores e culturas, o Brasil não poderia ser racista. Freire conclui que não é: não há racismo no Brasil.

Na política, Freire foi notoriamente reacionário. Nunca foi democrata. Apoiou Salazar e, desde o início, o governo militar brasileiro. Participou do governo Médici. A esquerda e, principalmente o movimento negro, não o perdoa. Há quem aponte *Casa grande e senzala* como o canto do cisne do nosso patriarcalismo. Só que, no caso, o cisne cantou e não morreu, conforme prenuncia a lenda.

Gone with the Wind

Margaret Mitchell (1900-1949) nasceu em Atlanta, Geórgia, de família rica e influente. Seu avô materno, que lutara na Guerra da Secessão do lado dos Confederados, fez fortuna fornecendo madeira nas obras da Reconstrução do sul devastado. Leitora ávida desde menina, MM tinha grande imaginação e gostava de escrever romances e peças de teatro, que apresentava junto com gente da sua cidade. A Primeira Grande Guerra, que matou seu noivo, e a Gripe Espanhola, que

matou sua mãe, atrapalharam seus estudos. Nunca concluiu os estudos superiores que iniciou. Cresceu ouvindo histórias sobre a guerra, em Atlanta podia ver algumas das suas ruínas preservadas. A guerra tinha destruído o sul, mas não sua cultura, muito menos sua memória e orgulho. O sul é ainda hoje um lugar na imaginação das pessoas. William Faulkner, nascido no Mississippi em 1897, ponderou que “Para entender o mundo, primeiro você precisa entender um lugar como o Mississippi.”

Em 1926, Mitchell começou a escrever o romance *Gone with the Wind*, que só completou em 1936. Esta foi a única obra que publicou em vida, e teve sucesso fenomenal. Vendeu mais de 30 milhões de cópias, publicadas em várias línguas. No Brasil, o livro foi publicado com o título *E o Vento levou*.

Uma pesquisa apontou *Gone with the Wind* como o livro mais apreciado nos EUA, tirando a Bíblia. MM como GF, foi muito premiada. Ganhou o *National Book Award* e o prêmio *Pulitzer*, já em 1937. O livro foi adaptado para o filme *Gone with the Wind*, o de maior arrecadação da história – mais de três bilhões de dólares, em valores atualizados – vencedor de oito Oscars em 1940. Nunca li o livro e vi o filme apenas uma vez.

O pano de fundo da história é a Guerra da Secessão e a reconstrução do sul. A principal protagonista é Scarlet O’Hara, de início adolescente mimada, filha do rico proprietário de Tara, uma plantação com sede trinta quilômetros ao sul de Atlanta. A história atravessa a guerra e oito anos da era de reconstrução, quando Tara fica nas mãos da voluntariosa e dinâmica O’Hara.

Não tardou que a crítica reconhecesse no livro glorificação e revisionismo histórico da escravidão. O palacete da família O’Hara é cheio de servos devotos e felizes de servir à família. Mammy, babá de Scarlet desde que ela nasceu, fora babá também de sua mãe. A narrativa de senhores bondosos e escravos felizes dá o tom da história e da mensagem. A plantação de algodão fica distante, separada da casa por gramados e bosques. Os escravos, cujo trabalho sustenta tudo, ficam discretamente afastados. Guerreiam a favor da escravatura, o que é fato real.



Fig. 3 - Hattie McDaniel, a primeira pessoa negra a receber um Oscar. Foi segregada na própria cerimônia de entrega do prêmio. Fonte: Wikipedia

O filme foi lançado em Atlanta, em dezembro de 1939. Nenhum dos atores negros do filme foi admitido no auditório. A Academia ousou dar o Oscar de melhor atriz coadjuvante a Hattie McDaniel (figura 3), que representou Mammy. Isso criou um problema cerimonial, resolvido com um arranjo torpe. McDaniel ficou segregada ao fundo do auditório, sem proximidade com a gente branca. Sua fala de recepção do prêmio foi a leitura de um texto escrito pela produtora do filme.

O filme foi relançado várias vezes, sempre com sucesso. Mas a mistificação ficou cada vez mais patente. O movimento negro o abominava e denunciava. Hoje, muitas salas de cinema não aceitam exibi-lo.